

11

A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico

Augusto Nascimento

Introdução

Neste texto exploratório, a partir da avaliação do conhecimento local da história de São Tomé e Príncipe, pretendemos, por um lado, expor hipóteses sobre as relações das incidências do saber social e, mais especificamente, do saber histórico, com as vicissitudes da evolução política no arquipélago. Por outro, pretendemos equacionar esse conhecimento enquanto possível premissa da construção da coesão política e do processo identitário são-tomense numa conjuntura pautada quer por dificuldades económicas e sociais, quer pelos vectores (potencialmente) conflituais da globalização e da afirmação de identidades particulares.

A politização do saber histórico

Em vários países africanos, concede-se até hoje ênfase à história da luta de libertação nacional. Há décadas, ainda tributárias do ideário anti-colonial, as primeiras abordagens desse tema revestiam-se de contornos panfletários e laudatórios. Mais recentemente, iniciou-se a desconstrução das versões politizadas e mitificadas, que, nalguns casos, acompanharam o monolitismo dos regimes de partido único, e caminhou-se no sentido de um conhecimento mais aprofundado das vicissitudes dos processos de libertação nacional.

Também em São Tomé e Príncipe se produziu uma versão mitificada do acesso à independência, assente no realce do sacrifício dos mártires da pátria, periclitados em 1953, e na militância pela independência.¹ Contudo, diferentemente do sucedido noutros países, até ao presente, o conhecimento da militância pela

independência queda-se praticamente limitado às versões vulgarizadas e ainda muito elementares do percurso do CLSTP e do MLSTP. Praticamente, a militância pela independência não é conhecida senão pelos protagonistas, até por parte substancial dela se ter desenrolado fora do arquipélago. Do pouco que se sabe,² poderá dizer-se que, não obstante a consecução dos objectivos em 1974-1975, a militância pela independência foi sincopada, errática e dispersa.

Apesar da luta de libertação nacional servir de inspiração às construções das nações, no arquipélago, a potencial valia política e moral dessa luta pela independência – mormente enquanto argamassa da coesão política – está por comprovar e, acima de tudo, por explorar. Entre outras razões, por a militância permanecer, em grande medida, ignorada pela esmagadora maioria da população.

Até hoje, a luta pela independência³ é recorrentemente exemplificada com a alusão à resistência dos ilhéus à opressão colonial, concretamente ao trabalho nas roças. Mais particularmente, o nacionalismo e a necessidade de independência foram amiúde referidos ao massacre de 1953.⁴ Anos a fio, a memória colectiva das facetas mais gravosas do colonialismo, designadamente os desmandos perpetrados às ordens de Gorgulho em 1953, tem sido avivada pela actualização ritual da memória. Esta valorização da memória colectiva – conquanto esbatida e mal definida, por um lado, ferida, por outro⁵ – contrasta com a subalternização das memórias individuais, incluindo as dos protagonistas da afirmação nacionalista.

Diga-se que, durante o tempo colonial, paralelamente ao atrofamento da vida social, nunca vingou uma cultura do individualismo e da subjectividade, pelo que também não se cultivava qualquer registo memorialista. Sob diferentes pretextos, tal foi igualmente perpetuado após 1975: as memórias individuais e dos vários grupos⁶ foram preteridas, para não dizer calcadas, pela exaltação política da independência, que acobertava os intentos voluntaristas dos dirigentes, mais interessados na afirmação da soberania da nova entidade política do que na valorização das liberdades dos seus concidadãos. Como noutros casos, a sujeição mental dos súbditos de um regime autoritário iniciou-se quando as suas recordações lhes foram retiradas⁷ ou, na circunstância, desvalorizadas.

Após 1975, o silenciamento das memórias ligou-se ao isolamento, procurado através do controlo da informação sobre o curso do mundo, porventura mais apertado no pós-independência do que no derradeiro período colonial.⁸ A procura do isolamento, que cerceava os desejos de progresso e de inserção no mundo dos são-tomenses, sinalizava a pretendida univocidade dos discursos acerca da história e do destino do arquipélago recém-chegado à independência. Facto notório é o de, após a remoção dos condicionalismos políticos com a adopção do multipartidarismo, as memórias individuais não terem emergido, quando, afinal, podiam (e podem) contribuir para o conhecimento histórico das décadas mais recentes.

Em São Tomé e Príncipe, o conhecimento histórico da terra – que nunca fora profundo, para não dizer que era quase nulo – ficou como que refém da sobreposição de memórias e de identidades superveniente à independência.⁹ Não foi a primeira vez que, por via de uma alteração da inserção do arquipélago no mundo, e das consequentes alterações do poder nas ilhas, tal sucedeu. Ao longo de séculos, as diferentes arquitecturas de poder foram-se refazendo a par de sucessivas formas de ocupação da terra e de administração das gentes num território insular facetado por imigrações de diversas origens e que, em vários contextos, estiveram na base de um processo de criouliização.¹⁰

A independência implicou uma nova coloração das memórias e de identidades de ilhéus e de ex-serviçais. Relativamente a anteriores alterações políticas e demográficas, em 1975 ocorreram mutações irrepetíveis: não só mudavam os eixos de relacionamento político do arquipélago, como também à população local se subtraíram os colonos. Após 1975, a univocidade de vontades era um projecto fulcral do novo poder independentista. Tal desígnio passava por refazer as identidades e implicava remodelar as memórias para, por exemplo, apagar os efeitos de uma política de amparo social com que o Portugal colonial tentara nos anos precedentes conquistar a fidelidade política dos ilhéus e dos trabalhadores das roças.

A independência constituiu uma ruptura que também tolheu a fixação de uma linhagem de memórias firmadas na terra. Com efeito, em 1975, o radicalismo da construção independentista não demandou apenas a cessação da identificação com a antiga metrópole e o apagamento de sentimentos mais recentes, como, por exemplo, o de uma (segundo alguns, falsa) pertença à portugalidade¹¹ ou o da propensão para o mundo dos desejos e das necessidades induzidas pelo capitalismo. O voluntarismo e o radicalismo do pós-independência como que implicaram também o apagamento da memória dos notáveis vultos são-tomenses das primeiras décadas de oitocentos. Diga-se que, sem embargo de alguns esforços individuais ou esporádicos de valorização do contributo desses são-tomenses para o nacionalismo da terra,¹²

Após a abertura política de 1990, estudos esparsos e apontamentos de memórias pessoais escoraram afirmações pontuais sobre a história recente. Nos anos seguintes, colocaram-se bustos de personalidades são-tomenses dos primórdios de novecentos em várias cidades da ilha de São Tomé. Em 2008, foi emitida a nova nota de 100.000 dobras com a efígie de Francisco Tenreiro, um inequívoco sinal da extensão da pertença são-tomense a indivíduos de alguma forma arredados do lote das figuras nacionais nos primeiros anos de independência. Espaçados, estes sinais de redefinição de uma pertença são-tomense mais inclusiva não se desdobraram nem no aprofundamento nem na renovação do discurso histórico.

Além do momento alegadamente fundador do nacionalismo são-tomense, o do ‘massacre de Batepá’ de 1953, a história do parto de São Tomé e Príncipe enquanto nação, permaneceu praticamente reduzida à do protagonismo do CLSTP e do MLSTP. Por isso, a quase completa ausência até hoje de testemunhos sobre a militância pela independência não pode deixar de sugerir a prevalência de um incómodo dos actores históricos são-tomenses ante o eventual confronto de visões divergentes sobre o passado recente. Seja como for, algumas visões – fragmentárias e, logo, enviesadas – operam subliminarmente e nelas se fundam os juízos da ‘rua’ são-tomense sobre o comportamento dos que se alcandoraram à condição de dirigentes.

Pode construir-se uma identidade colectiva são-tomense – crucial para a desejada concertação numa sociedade com crescentes sinais de crispação – sem uma visão compreensiva e aprofundada da respectiva história? Em tese, opinar-se-á que sim. Porém, no passado recente laborou-se num pressuposto diverso: a par do aceno de um vínculo étnico para firmar uma lealdade política para com o poder independentista, uma dada visão da história, de matiz teleológica, adquiriu centralidade na composição do discurso desse mesmo poder.¹³

Interessa-nos, pois, o rasto de consequências da evolução política recente na produção de conhecimento histórico e as possibilidades de nesse conhecimento ancorarem várias atitudes e propostas de construção social.

No tocante à produção de conhecimento histórico, diríamos que prevalece uma atitude passível de ser sintetizada pela afirmação proferida num debate recente em São Tomé, a saber, “nós é que sentimos a nossa história”.¹⁴ De alguma forma, esta afirmação, mesclando o sentir e o explicar e deslizando para a reivindicação de uma idiosincrasia irredutível, pode levar a negar a pertinência analítica e narrativa de qualquer discurso exterior à vivência são-tomense. Se esta posição – em rigor, ainda nunca declarada de forma taxativa e absoluta – não se afigura aceitável a quem não seja são-tomense,¹⁵ sobra, por força das circunstâncias, a questão da valia e do interesse de uma subjectividade ‘nacional’ ou ‘são-tomense’. Como ‘são-tomensizar’ a narrativa histórica do país sem que esta colida com o rigor?¹⁶ Como construir tal narrativa sem perda da pertinência interpretativa do conhecimento histórico?¹⁷ Os significados sociais implícitos, por exemplo, de versões estereotipadas da história são-tomense podem ter uma aparente valia do ponto de vista da criação da adesão afectiva ou da fidelidade política à nação são-tomense, mas, em contrapartida, poderão diminuir os ganhos da cidadania derivados de uma ética de base contratual, que começa na prática do debate de ideias.

Importa, pois, pensar não só a objectividade do conhecimento, como também as relações do saber com a sua (imaginada ou desejada) função social. Contudo, convém lembrá-lo, o saber histórico não lida apenas com o imperioso resgate do orgulho nacional e da identidade são-tomense da dita alienação colonialista.

Terá igualmente implicações na concertação dos diferentes grupos e protagonistas, para cuja expressão dos respectivos interesses mais cedo ou mais tarde brotarão narrativas que os tenderão a identificar com a história são-tomense, que, assim, deixará de ser património de alguns. Num certo sentido, isto foi o que se passou com a versão que se vulgarizou da história do arquipélago após 1975. Por indução da hegemonia do MLSTP, tendeu a identificar-se o país com o MLSTP. Ora, a história do país foi muito mais plural.

Para além deste dado determinado pela conjuntura, importa salientar que é na composição dos interesses atinentes à construção da sociedade são-tomense que vão a jogo as ilações que os actores políticos podem retirar da história. Ao contrário dos vários aforismos sobre as relações entre passado, presente e futuro, a história não fornece receituários. Todavia, a capacidade de reflectir a partir do conhecimento da história (ou das histórias) pode ser crucial para creditar e para tornar eficazes as propostas de construção da sociedade são-tomense.

Num plano geral, no arquipélago, como noutros contextos políticos, aflora a questão de tornar o conhecimento histórico e o saber social pertinentes (até porque certos estereótipos têm forçosamente um curso, também político, e vão influenciando as decisões) para a concertação política e a definição possível do futuro do país.

Numa sociedade hegemonizada por dinâmicas sociais centrífugas, o saber histórico e social tem, para além do lugar que se lhe concede nos cerimoniais da vida colectiva, alguma relevância para a construção da sociedade são-tomense? Para além de ser, ou não, mobilizado para a concertação política e social, o acréscimo do conhecimento pode ser tomado como índice de abertura, de pacificação política e de desenvolvimento da sociedade insular?

O curso do saber histórico e social

Tracemos um breve esquisso da evolução do saber histórico e social no pós-independência, logicamente tributária da herança cultural do colonialismo. Durante a vigência do colonialismo, paralelamente à quase nula diversidade social, prevaleceu a desertificação cultural imposta pela hegemonia das roças, ademais favorecida pela exiguidade do território.¹⁸ A história resumia-se à da empresa colonizadora, em especial, à da transformação da paisagem de acordo com os desígnios da valorização económica do território através das plantações ou roças. No tocante ao conhecimento, dada a prevalência do saber dos práticos do colonialismo, grassou durante décadas o desdém pelo saber social, a que não se reconhecia valia para ombrear e, menos ainda, derrogar máximas colonialistas de condução de indivíduos colonizados.

A discussão do devir da 'terra' sempre se fez fora dela. Por exemplo, na vigência da Monarquia constitucional, as correspondências, incluindo as dos ilhéus,

eram publicadas nos jornais da metrópole. Na República, aquele quadro não se modificou substancialmente. A defesa retoricamente violenta dos interesses dos ‘filhos da terra’ causou agastamentos e sugeriu retaliações, pelo que o único jornal de nativos que não teve vida efémera era impresso em Luanda. Durante a Ditadura e o Estado Novo, quase se silenciou a produção de conhecimento sobre o arquipélago. Só no período final do colonialismo, quando se encarou a idiossincrasia local como a concretização da diversidade do património colonial português, se arrolaram especificidades culturais como artefactos folclóricos resultantes da miscigenação cultural. Tecerem-se algumas descrições de índole cultural e social, mas sem consequências no tocante à discussão do passado e do futuro do arquipélago, cuja exiguidade, ademais, parecia tornar despicienda tal discussão. A obra magistral de Francisco Tenreiro, *A ilha de São Tomé*, foi produzida em Lisboa. Também devido ao fechamento cultural e ao atraso científico devidos ao regime ditatorial na metrópole, não se estranha que a produção de saber sobre o arquipélago estivesse quase sempre a cargo de estrangeiros, cuja atenção, todavia, se focava mais nas características do colonialismo português e, sobretudo, nas colónias continentais.¹⁹

Chegada a independência, produziu-se uma mitificação da história que se afigurou incontestável. Num certo sentido, era expectável a emergência de uma carga mítica do conhecimento histórico, indissociável da criação de heróis nacionais. Decantou-se uma narrativa direccionada para a mobilização política e que, por isso, tendia a ser avessa ao rigor histórico.²⁰ Esta versão mítica e romantizada da história versou sobre o passado longínquo e, facto mais significativo, assentou no esquecimento dos ‘precursores’ dos independentistas e na correlata valorização dos que acederam ao poder em 1975.

O foco na heroicidade remota era uma espécie de retro projecção do presente e, sobretudo, remetia para um futuro imaginado e prometido. Dessa forma, o voluntarismo político ficava legitimado pela luta de Amador contra os senhores escravagistas, cuja consubstanciação hodierna eram os roceiros. Pretendia-se, afinal, vincular todos os são-tomenses aos imaginados valores de Amador. Por outras palavras, esse discurso ajudava a legitimar as opções políticas após 1975. Na realidade, a evocação da história remota inscrevia os dirigentes independentistas numa linhagem de arautos da liberdade, contribuindo, desse modo, para a interiorização da nova ordem política e, por conseguinte, para a modelação de comportamentos exigível pelas circunstâncias e, alegadamente, pelos antepassados. Posteriormente, a maior interacção com o exterior, a galopante diferenciação social e o esboroamento de valores morais de antanho esvaziariam a pertinência dos discursos eivados de uma leitura teleológica da história.²¹

Durante o regime monopartidário, existiam muito poucos cientistas sociais são-tomenses. Mais relevante, presentia-se o ralo apego pelas disciplinas sociais.²² Grassava uma desconfiança velada, baseada na desqualificação política das ciências

sociais, suspeitas de colaboracionismo com o colonialismo. Sem embargo da experiência em contrário, achava-se que as ciências sociais pouco poderiam acrescentar à ideologia, de que, ao invés, dependiam. Elegeu-se a ideologia como o instrumento por excelência de governo do mundo: estando a história antecipadamente escrita, a ideologia bastava para a condução política e social assente na adequação da natureza humana aos desígnios políticos. Afora a tendência para a uniformização, controlo e neutralização de todos os discursos, saberes e mais formas de consciência – mormente a religiosa –, é de presumir algum receio (inconfessado) de que a produção das várias disciplinas científicas sugerisse notas críticas da política trilhada após 1975, ou tão-somente denunciasses a impotência da ideologia perante a resiliência de modos de vida que, embora apodados de alienados, eram, ainda assim, são-tomenses.

A subalternização do saber social em geral teve como álibi as premências sociais para que, no pós-independência, importava congregar e dirigir os esforços. Ao passo que o saber social era remetido para o limbo da vida colectiva, o conhecimento histórico, na sua versão ideologizada, era socializado e usado politicamente. Como dissemos, tal foi acompanhado de um apagamento das memórias individuais e da criação de uma memória colectiva, baseada na alteração de regime e na criação de um ‘homem novo’.

Apesar da liberalização política em 1990, o quadro das atitudes face ao conhecimento não se alterou substancialmente. O saber, que nunca tivera importância crucial na condução da sociedade são-tomense, foi ficando subalternizado pela hegemonia dos outros imperativos, tanto os prescritos pelas agendas internacionais relativas aos padrões básicos da vida colectiva, quanto os da acumulação de riqueza e, por via disso, da diferenciação social, notemo-lo, avaliada à luz da memória dos viventes, tanto dos que se renderam à perda dos ideais do tempo da independência, como dos que, sem voz, se confrontam com dificuldades.

Os condicionalismos e as debilidades do conhecimento histórico e social

Detenhamo-nos nas premissas da elaboração de uma visão histórica do arquipélago supostamente relevante nos planos político e social. Na circunstância, falamos não de um conhecimento aprofundado, mas de uma versão que, negando os clichés colonialistas, se centrou no resgate do protagonismo africano conducente à emancipação do colonialismo. Como se disse, essa visão histórica foi mobilizada pelos dirigentes independentistas que também basearam nela o seu poder. Mas essa visão não deixou de ser escrutinada pelo comum dos são-tomenses, naturalmente propensos a usar a sua memória para fundar juízos com alguma relevância política e social, designadamente sobre o antes e o depois da independência (aliás, o actual alheamento da ‘política’ não deixa de ser relevante).

Justamente, esse fragmento da história – o do passado recente – sugere incomodidade, na medida em que a memória dos factos vividos, servindo de diapasão político e moral, pode pesar nas deliberações dos detentores de poder político ou justificar irrupções da ‘rua’, tornando-a, mesmo se momentaneamente, um actor político decisivo. Perguntar-se-á, então, a que se deve o silêncio sobre esse passado recente e tão tangível.

A míngua de testemunhos para a história recente não pode deixar de ser notada pelos historiadores. Diga-se, por algum tempo o desconhecimento minucioso da militância independentista pareceu amparar a procurada coesão social associada à celebração da independência. Na realidade, a procura da coesão baseada na exaltação da independência não carecia senão de uma visão mitificada, até porque uma visão apurada e crítica talvez até prejudicasse a mobilização popular. Mas, em todo o caso, espanta que o desconhecimento se prolongue, tanto mais que o tempo deveria laborar no sentido do apagamento das tensões possivelmente advindas do confronto dos testemunhos trazidos a lume.

Como assim parece não suceder, aos danos resultantes de vários decénios de censura – vigente quer no colonialismo, quer no regime de partido único – e de um quase absoluto vazio intelectual, parecem acrescer os efeitos de laços familiares e de afinidades que inibem, por exemplo, a publicação de depoimentos²³ e de memórias²⁴ pertinentes para a investigação histórica.

Obviamente, um contexto micro-insular apõe problemas à revelação das ‘histórias’ da militância pela independência. Porém, a passividade equivale ao inexorável apagamento das memórias dos são-tomenses, tanto dos que andaram por fora como dos que se quedaram pela terra. Está em causa a compilação e a valoração dos múltiplos contributos para a formação do país independente e, se quisermos, de uma identidade são-tomense.²⁵

Numa sociedade onde não existe actividade cultural nem uma instituição indutora da produção de conhecimento, propuseram-se algumas explicações do passado, mas quase nunca se narraram eventos. Até hoje, poucas pessoas se dispuseram a desvendar acontecimentos em que elas mesmas ou correligionários e adversários participaram, mormente antes do 25 de Abril. Apesar de algumas alegações sobre a precariedade material, a carência de memórias tem menos a ver com condições materiais²⁶ do que com duas circunstâncias subjectivas, a saber, a pouca valia conferida ao conhecimento da história recente e a incapacidade de olhar o passado em resultado de um ambiente aparentemente pautado pelas réplicas das querelas pessoais de outrora. Também por isso, o conhecimento do passado recente tem-se afigurado um empreendimento menos tentador para qualquer historiador são-tomense.

A ausência de testemunhos como que se ajusta a um meio social, durante decénios marcado, por um lado, pela falta do hábito de confronto de opiniões²⁷

e, por outro, pela prevalência dos boatos e do ‘rádio boca a boca’ como veículo de informações.²⁸ Diga-se que, mais ou menos verídicas, estas informações comportam uma faceta de instrumento de digladição política e, também, de desforra popular face aos ‘políticos’ e a toda a sorte de proeminentes. Este curso subliminar de conhecimentos de vidas alheias tem implicações na composição do ambiente político e na dificuldade de encontrar soluções para os problemas do país. Mais, tendo tais implicações na actualidade, não deixa de condicionar os testemunhos sobre o passado. Aliás, é muito difícil imaginar um debate sobre o passado que não tivesse um qualquer efeito de arrasto na actualidade, assim como, por falta de distância política e social, física e temporal, a actualidade não deixará de ser um empecilho para a destriça fria da história recente.

A escassa disponibilidade para partilhar memórias corta cerce a possibilidade de compreensão das causas, algumas delas forçosamente triviais – por exemplo, mais relacionadas com a rivalidade pessoal do que com disputas ideológicas –, de factos, porventura decisivos para os contornos da independência, e, é preciso dizê-lo, para a trajectória de perda económica e social de muitos são-tomenses. Expectavelmente, e como em todos os processos políticos, as decisões e as escolhas da militância independentista nem sempre se reportavam às motivações aparentes.

Sobre o período da militância pela independência, e de transição, desceu como que um manto de silêncio pontuado de recriminações veladas, ao mesmo tempo que rareiam as obras sobre o pós-independência (por regra, de autoria de estrangeiros ou de expatriados). Da parte de são-tomenses, em vez de depoimentos dispomos de algumas interpretações, seja sobre as escolhas possíveis ao tempo da independência, seja sobre a passagem para o multipartidarismo. Tais interpretações ensaiam conferir *a posteriori* uma dignidade ou uma motivação política e ideológica para medidas que, de acordo com os ensinamentos da história, certamente também foram decididas no quadro da barganha por créditos pessoais.

Todas estas questões mereceriam uma discussão aprofundada. Por ora, convirá reter que, estereotipado ou não, o saber histórico disseminado vai ajudando a consolidar uma determinada visão da sociedade são-tomense e, mais do que do seu passado, do seu futuro. Da narrativa da história recente não se retiram sentimentos propícios a servir de argamassa social, no sentido do fortalecimento de um sentimento de unidade são-tomense e da coesão política. Podemos detectar tal virtualidade num discurso referente a uma história mais antiga?

Ao invés do ocorrido noutros países recém-independentes, o passado mais remoto parece ter sido o cenário preferencial do parco discurso histórico do regime monopartidário, que fez de Amador do século XVI um ícone nacional.²⁹ Ora, para além disso, cumpre perceber o significado da abordagem dos temas e

problemáticas históricas na modelação das auto-representações sociais dos são-tomenses, cujo enovelamento é, por seu turno, um indício do que se passa com o conhecimento e com a respectiva função social.

Problemáticas do conhecimento histórico e a evolução futura

Se comumente a porosidade cultural propicia a disseminação de certos conhecimentos que se transformam em lemas ou ajudam à orientação política e social, já no arquipélago, o saber social revela-se por demais assaz permeável aos estímulos sociais, para já não referir as injunções da política.³⁰ À margem dos problemas teóricos e de hermenêutica da disciplina, salientemos alguns temas e problemáticas históricas, que também reflectem os impasses da sociedade. Ou, por outra, salientemos temáticas cuja relevância reside no facto de iniciarem percepções acerca do devir do arquipélago e, conseqüentemente, da capacidade de mobilização colectiva.

A classificação do arquipélago e dos são-tomenses

Uma dessas questões prende-se com a classificação cultural e social do arquipélago. Em sucessivos momentos, os são-tomenses foram objecto de várias tipificações: há décadas, atento o seu comportamento social, encarados como produto de um multissecular processo de trocas culturais, os ilhéus eram tidos como tendencialmente portugueses.³¹ Em tempos mais recentes, disse-se deles serem guiados por uma cosmovisão africana.³²

Desde a independência, outras classificações do arquipélago oscilaram entre caracterizá-lo como uma sociedade crioula³³ ou uma sociedade africana. Menos fundamentadas do ponto de vista empírico, estas classificações tiveram (e têm) o seu curso em resultado quer de inércias da linguagem e de auto-representações várias, quer da orientação política em cada momento.

Nos anos subsequentes à independência, a adesão à ideia do arquipélago como uma sociedade crioula equivalia a estar à margem das polémicas em torno da noção de ‘crioulo’ como uma identidade específica resultante da ocupação portuguesa e tendencialmente avessa à matriz identitária africana. A exprobração noutras ex-colónias dessa noção de ‘crioulo’ após 1975 não teve eco no arquipélago. Também pelo facto de a identidade cultural ter sido pouco relevante para o projecto político da independência, a afirmação de que o arquipélago era um cadinho crioulo pôde fazer o seu caminho sem óbices e, também, sem quaisquer conseqüências.³⁴ Em si mesmas, estas caracterizações não traçavam clivagens identitárias nem encerravam conotações impeditivas da capacidade de concertação social no meio são-tomense.

Todavia, no futuro, tais caracterizações – cuja valia explicativa é, por regra, assaz diminuta – poderão ser relevantes para a definição da arquitectura política e, mais ainda, para a capacidade de concertação e de diálogo oponíveis a um

ambiente pautado pela conflitualidade. É assaz difícil formular uma previsão segura, dado que o plasma cultural vem mudando de forma assaz célere³⁵ e imprevisível. O actual discurso de reencontro com as raízes africanas parece firmemente ancorado na realidade. Mas pode mudar de um momento para o outro. Ainda que os são-tomenses nem sempre se lembrem disso, muitos deles mudaram de referentes identitários ao longo da vida e, vale a pena acrescentar, o actual caminho – de ‘africanização’, que agora se crê incontornável – não era, sequer aproximadamente, o imaginado já depois de 1975.

Negando pré-determinações futuras, podemos, a partir das múltiplas caracterizações – não resumíveis a etiquetas sugeridas pela conveniência do momento, conquanto tributárias do que, em cada conjuntura, parece ser um valor para efeito de identificação –, chegar a um retrato dos são-tomenses alicerçado numa visão compósita resultante dos vários contributos sociais e culturais importados e reelaborados nos sucessivos contextos históricos.

Aceite a inevitabilidade das mudanças sociais (incluindo as mais improváveis), a caracterização de uma personalidade social são-tomense alargada, inclusiva, heteróclita e em permanente recomposição em razão dos condicionalismos históricos, decerto tem validade interpretativa no plano cognitivo, e poderá ter alguma virtude no plano político e cívico. Importará, então, pensar numa noção de criouliização como um processo actualmente em curso e ininterrupto, até por força da actual configuração no mundo global, pelo qual se multiplica, de forma quase infinita, a interacção das subjectividades dos múltiplos actores.³⁶ Esta noção de criouliização não milita contra a herança cultural africana. Ao invés, tal noção permitirá escorar e definir uma ideia de africanização cognitivamente pertinente, independentemente da sua dimensão instrumental.

Daqui decorrem implicações políticas porque alguns autores e actores fundam na alegada identidade africana – avocada arbitrariamente – a necessidade de uma nova arquitectura política, designadamente, de um novo modelo constitucional. Sem embargo das muitas asserções sobre a necessária reinvenção de modelos africanos de governação das sociedades, não existe qualquer relação necessária entre a invocada identidade africana e um desenho político e institucional concreto. Ao invés, será preferível tentar retirar da história um mínimo denominador comum, a saber, o de o arquipélago ser uma sociedade pautada por heranças várias. Afinal, se da história se extraísse uma imperativa lição normativa ou moral, ter-se-ia de discutir, por exemplo, o grau de enraizamento, ao cabo de séculos, de valores institucionais de matriz europeia, e pô-los em cotejo com o peso dos valores culturais e religiosos que, em África, parecem associados às construções políticas. Tal seria interessante mas, repetindo-me, direi que não se pode substituir o elemento volitivo de qualquer decisão política por alegações relativas a (imaginadas) características da sociedade, supostamente imperativas porque tributárias da história ou de (alegadas) raízes culturais.³⁷

Às asserções sobre a necessidade de compaginar o modelo político com os valores africanos talvez se devesse antepor uma pergunta – necessária, de resto, também para fundar o acerto da reivindicação da adequação do sistema político a valores supostamente africanos –, a saber, “como chegámos aqui?”³⁸ Responder a tal interrogação passa por resgatar do silêncio, não a história longínqua mas, justamente, aquela que, a crer na mudança social, é bem mais determinante e que, por mais recente, devia ser objecto de maior conhecimento. Ora, como decorre do exposto acerca do silenciamento das memórias, prevalece o desconhecimento da história recente, talvez pela dificuldade de, num micro-espço, lidar no plano institucional e simbólico com a confrontação entendida como potencialmente disruptiva, mesmo se as dinâmicas de confronto compõem toda e qualquer vida colectiva.

O desconhecimento da história recente e silenciamento das memórias

Algumas das causas do actual desconhecimento da história recente foram o desprezo pelo saber social, o silenciamento das memórias e a mitificação da história no pós-independência. No arquipélago e fora dele, condescendia-se quanto à ‘necessidade’ de um discurso mítico para nele se alicerçar a construção nacional, a edificação do Estado e a coesão política. Esse discurso adquiriu foros de verdade, o que seria de somenos se não comportasse funções de condicionamento ideológico e político, cujas implicações extravasam os citados desideratos políticos. Por exemplo, estendem-se à auto-percepção dos são-tomenses perante o mundo.

Num plano mais específico, resultam evidentes as repercussões no conhecimento histórico, entre elas o aludido desconhecimento dos anos anteriores à independência. Não é por o lapso da história recente do país parecer mais familiar que se o conhece com maior detalhe. Pelo contrário. Uma das consequências práticas deste desconhecimento é a dificuldade de cotejo de percursos individuais e grupais. Independentemente das intenções, tal entronca na intentada supressão das subjectividades no tempo colonial, quando não existiam personalidades³⁹ que não as oriundas de um restrito grupo habitualmente reverenciado como ilustre, a quem, convenientemente, se prestava uma certa deferência. Num contexto micro-insular, tal desconhecimento redundava na menor aptidão para a compreensão das opções dos indivíduos com relevância na actual cena política.

Parte dos problemas actuais pode ser imputada ao colonialismo. Mas a sua resolução tem os principais escolhos na evolução traçada na fase de transição e no pós-independência imediato. Se, em razão da avaliação que a ‘rua’ são-tomense faz da história recente, uma das notas dominantes da actual situação se tornou a dificuldade de concertação dos políticos são-tomenses, daí decorrerá, para alguns, a valia de um ‘pulso forte’, e, para outros, a imperiosa acomodação dos interesses

dos vários actores. Tal não implica necessariamente o conhecimento da história do período anterior à independência. Mas talvez uma maior facilidade de diálogo entre os actores políticos pudesse advir desse conhecimento.

Cumprir lembrar que, sem embargo da consecução da independência, esta significou o triunfo de alguns são-tomenses e, simultaneamente, a derrota de outros independentistas. Alguns destes poderão sentir-se tão mais injustiçados quanto propunham desde os primórdios da sua actividade política um modelo de sociedade para que se caminhou ao cabo de uma quinzena de anos, e ao qual os voluntaristas de 1975 parecem hoje completamente rendidos.

Até hoje não se narrou o historial da militância pela independência que, inevitavelmente, se teceu de disputas políticas e ideológicas, por um lado, e de dissensões pessoais, por outro. Numa sociedade que, mais do que comunidade imaginada, é uma sociedade percebida, a ocultação da memória convive com os boatos e os rumores sobre as vidas pessoais, com conseqüências porventura não totalmente sopesadas, mas nem por isso menos operantes na apreciação, racializada, das condutas dos 'políticos'. Num plano mais restrito da produção de saber, a prevalência das versões cristalizadas em boatos corrói as possibilidades de uma análise profícua da evolução do país.

A aceitar que parte da conflituosidade não é senão a replicação dos conflitos do tempo da militância,⁴⁰ importa admitir que com o desconhecimento da história dessa época diminuem drasticamente as possibilidades de concertação política tão crucial para o futuro próximo,⁴¹ sem, por isso, deixar de se anotar que o conhecimento do passado não constitui, por si só, base de uma qualquer coesão política.

Arriscaria que, para os são-tomenses, um desafio imbricado com o conhecimento histórico sobre as épocas mais recentes se relaciona com a capacidade de pensar desapassionada e abertamente os eventos, nos quais os que lhes são próximos – familiares, amigos e conhecidos – estiveram implicados. Podemos dizer que até agora tem vigorado algum constrangimento relacionado com o confronto simbólico que poderá resultar deste conhecimento. Pode este constrangimento perdurar e estender-se nos próximos tempos?

Trata-se de uma questão inevitável, porque, quando o referido constrangimento não se traduz na indução dos afloramentos da violência, ele não deixa de favorecer o aprofundamento dos fossos adversos à composição e à concertação de indivíduos e de interesses. Ademais, na ausência de narrativas enformadas pela ideia das vicissitudes humanas durante a militância pela independência, esse vazio é preenchido pelo curso dos boatos e dos rumores.

A exemplo do acontecido no pós-independência, mais uma vez se pode alegar que o conhecimento não parece crucial para a promoção do desenvolvimento e para a mais ingente tarefa da erradicação da pobreza.⁴² Porém,

podem imaginar-se as repercussões da abdicação do conhecimento histórico dos tempos recentes, parte do qual se perderá com a morte dos protagonistas. Juntamente com a perda de um repositório de experiências, o país alienará parte da sua memória⁴³ e, dirão alguns, da sua identidade. Afora isso, por paradoxal que possa parecer, é ainda na memória (reelaborada) de um passado, sem dúvida opressivo mas diferente da turbulência e da sub-reptícia anomia dos dias presentes, que os são-tomenses podem alentar a esperança num futuro melhor, resultante, por exemplo, da reversão da dinâmica de perda social instaurada há décadas.

A canga da continuidade versus capacidade de mudança

Arredada a hegemonia das ideologias, a percepção da mudança social não deixa espaço a determinismos históricos e sociais de espécie alguma. Tal não invalida que, até pela sua valia ideológica e afectiva, tais determinismos (até há pouco, leis históricas) em tempos se tenham afigurado um porto seguro. Além disso, apesar da proclamada abertura à mudança social, a previsibilidade parecia um valor estimado. Era, aliás, uma valia nos derradeiros anos do colonialismo e, em tons políticos diferentes, pareceu sê-lo nos anos subsequentes à independência.

No arquipélago, a micro-insularidade, as fronteiras aparentemente estáveis e um relativo grau de homogeneidade cultural poderão sustentar a expectativa de uma determinada continuidade na decantação de um modo de ser dos são-tomenses, um processo supostamente crucial para a delineação de um futuro. Na verdade, à margem das teorizações sobre a força impositiva dos nacionalismos, as concepções não finalistas da história não corroboram a expectativa de uma continuidade e de uma cristalização de veios idiossincráticos. Porém, tanto as percepções da 'rua' são-tomense, quanto alguma análise, refém de uma visão substantiva da cultura e da identidade insular, tendem a salientar a continuidade de comportamentos dos são-tomenses, ademais, tipificados nos lemas e nos slogans do pós-independência como um sujeito histórico sob a figura do 'povo'.⁴⁴

Este discurso difundiu-se e, sobrevinda a desilusão com o curso do país no pós-independência, a ideia de atavismos ou traços idiossincráticos quase indelével tornou-se objecto de sátira popular⁴⁵ e um factor de desânimo dos actores sociais. Quando assim ocorre, está em causa, mesmo se subliminarmente, a valoração dos supostos traços idiossincráticos. Dessa valoração depende, por exemplo, a capacidade de mobilização para os desafios, mormente os imperiosos e consensuais como se admite serem os dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Actualmente, algumas condutas parecem constituir-se como uma espécie de canga de que os são-tomenses não se conseguem livrar. Alguns opinarão mesmo que certos comportamentos são irremovíveis (entre eles, os conducentes à violência de baixa intensidade). A 'rua' replicará 'verdades' inamovíveis acerca da 'natureza' (racializada, relembremo-lo) dos são-tomenses, ratificando o conformismo dos

dirigentes e do comum da população, por um lado, acentuando a diminuição da crença nas possibilidades de mudança e de construção de um outro horizonte político e social, por outro.

Com efeito, ao arrepio de uma meta-narrativa histórica inoculada em 1975, os referentes históricos são usados para a corrosão da crença num futuro colectivo. O veio filogenético – alvitra-se, composto de elementos de baixa condição nas sociedades de origem – parece pobre e sugere perplexidades e interrogações sobre o resultado de uma sedimentação cultural hoje pouco grata.⁴⁶ Da óptica do saber social ou da história, tal questão não tem sentido. Mas aos que nela laboram para explicar as dificuldades do quotidiano, a formulação parece conter substância. Alguns ligam-na (erradamente, mas isso pouco importa) às dificuldades de criação de um país viável.

Em parte, o curso destes preconceitos resulta da desvalorização de uma cultura de debate – que só muito recentemente vem assentando arraiais – e, mais especificamente, da desvalorização do saber social e histórico.

Notas finais

Pode um país construir-se sem conhecimento e sem memórias? E, levando longe a inquietação, sem uma cultura cívica e política tributária do saber social? Em termos prosaicos, dir-se-ia que sim, porque assim parece suceder em São Tomé e Príncipe, país que se vai construindo. Mas devemo-nos contentar com tal constatação?

Em São Tomé e Príncipe, o colonizador não envidou quaisquer esforços no sentido da criação de um aparato científico (bastava-lhe a dominação assegurada pelas plantações). Durante várias décadas ao longo de novecentos, por efeito da dominação atrofiadora da vida colectiva imposta pelas roças, os ilhéus não se mostraram capazes de uma construção (política e) culturalmente poderosa de uma auto-imagem capaz de contrariar os preconceitos colonialistas.

Após a independência, progressivamente resumido a uma versão estiolada do percurso de heróis nacionais, o saber histórico foi perdendo vigor. Não houve uma desideologização do saber histórico, compreensível nos primeiros anos de independência, fosse pela exaltação nacionalista, fosse pela força do confronto ideológico da época. O cunho ideologizado do discurso histórico perdurou para cá da liberalização política em 1990. Conquanto parcialmente enriquecido (ou, de uma outra perspectiva, substituído) por marcos materiais e celebrações das efemérides, o discurso histórico tornou-se uma narrativa sem capacidade de fornecer dados para se pensarem as condições políticas imperativas para a resolução dos vários desafios que se deparam ao país.

Faltam condições institucionais e sociais para o desenvolvimento da pesquisa histórica livre, no sentido de não atida a peias políticas, ideológicas e outras.

Ainda que não constitua necessariamente um requisito, a verdade é que o aprofundamento do conhecimento histórico e do saber social poderia contribuir para as histórias e identidades dos vários grupos componentes do país.

Firmado o conhecimento, talvez fosse possível responder em termos mais adequados à questão de como ‘são-tomensizar a história’, tornando-a plausível e, quando se queira, útil, isto é, com funções de cimento da unidade nacional, sem, por isso, se tornar inverosímil ou, no mínimo, estereotipada.

Por vezes tende-se excessivamente a atribuir à história um valor explicativo que ela não encerra, menos ainda no mundo actual, em que a vertigem da mudança e a interacção a nível global se intensificaram, aumentando enormemente a indeterminação do futuro. A ser assim, a intuição de que a identidade e, sobretudo, o futuro não têm muito a procurar na história estaria certa. Tal significaria admitir que a história não pesa nada no devir. Em todo o caso, a história pesou, por exemplo, na configuração de um espírito conformista e reverencial determinante na aceitação da autoridade dos líderes independentistas. Vai pesando em muitas outras circunstâncias do quotidiano político do arquipélago. Valerá a pena olhar a história para nela fundar plataformas teóricas que esclareçam a acção e, se for o caso, fundar uma meta-narrativa, a um tempo crível e apelativa. Contudo, em última análise, o élan mobilizador de tal história dependerá dos créditos éticos e políticos das lideranças.

Se, em todo o caso, o saber tem um valor instrumental crucial, então mais pertinente se torna a reivindicação e a construção de um espaço aberto de discussão e de produção de saber, de forma a compor uma auto-representação que possa criticamente acolher e reelaborar os diversos contributos. Falta um saber social arguto, a meu ver, preferível a uma mitificação da natureza dos são-tomenses, modelada por uma influência mesológica supostamente singular, hoje indiciada pelo mote propagandístico das ‘ilhas maravilhosas’ ou das ‘ilhas chocolate’.

Não desprezemos o efeito criador das palavras. Mas, olhando criticamente a história, lembremo-nos de que também os roceiros falavam do que julgavam ser um desígnio perene, o das ‘ilhas-plantação’. Usaram esse lema para exorcizar, por tanto tempo quanto possível, a política do povoamento por tendencialmente contrária à sua hegemonia e à apropriação irrestrita da riqueza da terra gerada nas roças. Embalados numa percepção do mundo refém dos preconceitos de que se tecia o poder que os amparava, até muito tarde os roceiros desprezaram cegamente a maior das riquezas, os homens. E, até perto do fim do colonialismo, ignoraram as mudanças na história.

Dito isto, há dezenas de anos sentenciar-se-ia que os roceiros não poderiam ter detido a ‘marcha da história’. Actualmente, a explicação da ‘história’ há-de ser forçosamente mais detalhada e complexa.

Notas

1. Aliás, essa glorificação começou na escolha do aniversário da reunião de Santa Isabel, 12 de Julho, em que se constituiu o MLSTP, para data da independência. Ficou desde logo assinalada a estrita identificação entre a nação ou o país, por um lado, e o MLSTP, por outro. Evidentemente, tal não podia deixar de ter consequências políticas e, mais especificamente, no domínio do conhecimento histórico.
2. Dos vários trabalhos acerca da caminhada para a independência, citemos os de Cahen 1991, Seibert 1999, e Santo 2008. Em todo o caso, a história da militância permanece por escrever.
3. Durante anos, teve-se da independência uma perspectiva finalista, por um lado, e a convicção de que ela materializava uma coincidência forçada entre uma arquitectura política e a expressão da alteridade cultural, por outro. Esta coincidência foi conjunturalmente possível, mas não era forçosa. Diga-se, à boca pequena, que a independência foi questionada nos anos 80, mas, desde então, não se voltou a aludir à possibilidade de outra fórmula política adequada à expressão da singularidade cultural e, a par disso, rendosa nos planos políticos e económicos (por exemplo, a de uma região autónoma e ultra-periférica da Europa). Uns explicarão esse silêncio pela aparição do petróleo, outros referirão a aproximação a África como o percurso natural do arquipélago.
4. Seibert (1999:50), por exemplo, referiu que o massacre de Batepá, tema recorrente na história recente do arquipélago, se transformou na razão de ser do nacionalismo são-tomense.
5. A demolição do monumento aos heróis da independência para a construção do porto de águas profundas motivou algum desconforto, tendo-se esgrimido argumentos sobre o desrespeito à memória dos mártires da pátria, designadamente os torturados e violentados no local onde, agora, o porto vem substituir o dito monumento, mudado de sítio. Há anos, depois da aposta na comemoração do dia 3 de Fevereiro, poucos se atreveriam a prever tal destino para o símbolo da data evocada.
6. Vários factores eram adversos à constituição de memórias de grupos sociais, mormente dos serviçais. A secundarização ou a aparente inexistência de memórias advinha da dicotomia social inerente às roças e rotatividade dos grupos que por aí passavam. O arquipélago, enquanto tal, não se constituía como objecto de memórias e de identificação. Dito de outra forma, a falta de memórias – mormente de uma tradição de resistência e de luta – também se prendia com a falta da pertença à terra dos serviçais e dos europeus. Por fim, também derivava da marginalidade dos ilhéus, cujas memórias se revelam dissonantes das dos ex-serviçais. Em suma, à data da independência, diferentes memórias não tinham sido objecto de valorização.
7. Por exemplo, Connerton 1999:17.
8. Com esta afirmação não se subestima o grau de condicionalismo no acesso à informação acerca do mundo no regime colonial. Tão-somente se coloca em perspectiva esse condicionalismo à luz dos parâmetros da época, radicalmente diversos da ânsia de conhecimento do mundo resultante da mobilidade social desencadeada pela independência, a qual suporia uma mais intensa interacção com o mundo.

9. Após a independência, a outorga da cidadania e, a par dela, da suposta igualdade, foi acompanhada de algo mais profundo, a saber, uma nova identidade, a qual, comportando um propósito voluntarista, continha, por isso, uma faceta velada de constrangimento e de coerção. Sugeria-se aos são-tomenses o abandono do modo de vida refém do quotidiano alienante vivido até então.
10. Para lá do facto de a criouliização ter ocorrido sob o signo da dominação branca (Fernandes 2006:67, 57, 264), importa reter uma noção de criouliização menos atida à coloração da dominação do que à “criouliização em acção”, isto é, ao impacto sobre os auto-conceitos dos grupos dominante e dominado, assim como ao impacto de desestruturação simbólica dos esquemas classificatórios decorrentes dessa dominação. Para o mundo actual importa uma noção de criouliização entendida como uma dinâmica crioula e híbrida com um potencial de ética cosmopolita, forçando a negociações e a articulações a partir das incertezas de um futuro a partilhar. No caso de São Tomé e Príncipe, com a respectiva diáspora em formação.
11. Seria estultícia negar apriorística e taxativamente os processos de identificação, mormente de pessoas de mais baixa extracção social, com a metrópole colonizadora. De certo modo, essa identificação fora induzida pelas políticas sociais dos derradeiros anos do colonialismo. Em contraponto, anote-se que se trata de uma matéria a abordar no domínio estrito da história e que não deve servir para retirar ilações de cariz ideológico, mormente para negar a natureza irreparavelmente assimétrica e injusta do colonialismo.
12. Carlos Espírito Santo empenhou-se na recolha dos respectivos escritos, publicados em *Torre de razão*, em 2000. Nessa colectânea, os textos de vários ilhéus são precedidos de breves notas biográficas. Carlos Espírito Santo ensaiou realçar o desempenho político dos são-tomenses nos primeiros decénios de novecentos, época em que eles lideraram o associativismo de africanos em Lisboa.
13. Uma identidade são-tomense podia basear-se mais numa visão contratual da nação e das relações políticas e sociais e menos em vínculos étnicos que, ademais, não têm a densidade imaginada, por exemplo, em razão da condição micro-insular. Mas, por razões ideológicas e políticas, os dirigentes independentistas julgaram que o melhor caminho da coesão política era o da propalada redenção da opressão racial, inscrita numa visão linear e finalista da história.
14. Proferida em Fevereiro de 2009, num debate no CCP de São Tomé.
15. Mesmo aceitando, por um lado, diferentes vias para a composição de conhecimento pertinente, a partir, por exemplo, de vivências ou de formas de consciencialização não traduzíveis verbalmente e, por outro, a irredutibilidade da vivência são-tomense a quem dela não partilhou, nem por isso se elide a necessidade de o conhecimento ser inteligível e partilhável, sob pena de se reduzir a enunciações meramente instrumentais. Acresce que a forja de um aparato teórico e metodológico mais adequado à análise de um dado objecto não dispensa um apertado escrutínio crítico, que não poderá transmudar-se numa condescendência em nome de metas políticas e de motivações exteriores à produção de saber. Há décadas, a falta de crivo crítico conduziu à troca da objectividade analítica pela ‘compreensão’, a um tempo ideológica e paternalista, relativamente ao curso da construção dos países africanos recém-independentes.

16. Embora tentado a preferir que os desígnios científicos e de rigor do conhecimento histórico universalizem os métodos da ‘arte’, reconheço a inegável dimensão subjectiva de todos os discursos históricos ‘nacionais’, o que, todavia, não tem necessariamente de colidir com o rigor.
17. Os significados sociais implícitos, por exemplo, de versões estereotipadas da história são-tomense podem ter uma aparente valia do ponto de vista da criação da adesão afectiva ou da fidelidade política à nação são-tomense, mas, em contrapartida, poderão diminuir os ganhos da cidadania derivados de uma ética de base contratual, que começa na prática do debate de ideias.
18. Diferentemente do sucedido em Cabo Verde, o exíguo território de São Tomé e Príncipe não foi simbolicamente expandido pela emigração. Dada a sua situação relativamente protegida e as condições ecológicas relativamente propícias à sua sobrevivência independente, ainda que pobre e marginal, os ilhéus não se sentiram impulsionados a emigrar. A seu modo, tal também aprofundou o fechamento do arquipélago.
19. Por razões históricas singulares, os cabo-verdianos ergueram uma obra intelectual sobre eles mesmos, disputando ao colonizador o monopólio do discurso sobre eles próprios, o que, de alguma forma, constituiu um passo da afirmação da sua identidade cultural e, posteriormente, política. Entre os vários trabalhos a este respeito, realce-se a obra de Fernandes 2006.
20. Embora as perspectivas da disciplina histórica sejam hoje muito diversas das do tempo da independência, ocorrida aquando da disputa ideológica entre o capitalismo e o socialismo, esta apreciação respeita à elaboração da história com o aparato teórico e metodológico disponível ao tempo.
21. Já o mesmo não se dirá do efeito de arrasto da ênfase posta na luta contra o colonialismo, que ainda ecoa nas reacções epidérmicas de rejeição ao que se etiqueta de ‘ocidental’.
22. Actualmente, o saber social é procurado por várias razões, entre elas, o interesse dos fautores do desenvolvimento nas respectivas vertentes sociais e culturais. Ademais, a menor compartimentação disciplinar do saber social permite maior discricionariedade na composição dos estudos aplicados à mutação social e ao dito desenvolvimento.
23. Facto constatado a propósito da história do MLSTP e do período de transição para o multipartidarismo por Branco e Varela 1998:38.
24. Assevera-se que alguns são-tomenses estão a redigir as memórias. A sua publicação equivaleria a um grande avanço no conhecimento.
25. Diferentemente do sucedido até há décadas, procuram-se parâmetros culturais autênticos – isto é, africanos – que balizem a construção do poder e das relações sociais, a resgatar, ainda, da alienação colonial. A respeito de São Tomé e Príncipe não se poderá falar de um mero ‘verniz’ colonial sobre uma ‘matéria-prima’ africana. Também por isso, o ritmo das mudanças no sentido da ‘africanização’ era inimaginável há anos, para já não retroceder ao tempo da independência. À época, em consonância com a matriz eurocêntrica do projecto político e económico (a exprobração da dominação racial não impediu a valorização de um horizonte de vida que passava, por exemplo, pela sacralização do trabalho e pelo desenvolvimento das forças produtivas, em tudo convergentes com a

valorização do trabalho no mundo dito ‘ocidental’), a questão da autenticidade ou de uma marca africana da história local condicionadora do futuro não se colocava. Ninguém questionou o desígnio desenvolvimentista e não foi apenas por razões que se prendiam com a contenção imposta pelo regime. Foi por todos partilharem dessas matrizes eurocêntricas e por elas se coadunarem com o legado colonial, a partir do qual o novel poder pensava construir um *El Dorado* (europeizado) em África. Actualmente, por um lado, essa ‘africanização’ – apesar de saudada por alguns como um encontro dos são-tomenses com as suas raízes culturais – começa a suscitar inquietações. Por outro, o louvor de tal ‘africanização’ começa a ser interpretado como uma racionalização *a posteriori* de uma deriva política indesejada.

Como já afirmei noutros textos, afigura-se generosa, mas algo ingénua a ideia de que o Estado são-tomense deveria garantir condições psicossociais e materiais às figuras históricas para publicarem as suas memórias (cf. Mata 2004:52). Independentemente de circunstâncias materiais, a escrita de memórias tem de brotar de uma motivação ou de um imperativo do foro individual.

27. Recentemente, o aparecimento da imprensa e a possibilidade de recurso à *Internet* modificaram este panorama. Mas o peso do debate de ideias conta menos do que a geometria política variável na terra.
28. Acerca do papel dos rumores consulte-se Seibert 1995.
29. Sinal da sua força afectiva, note-se que a narrativa histórica de Amador enquanto lutador pela independência sobreviveu até hoje. Em Fevereiro de 2009, tive enorme dificuldade em explicar aos alunos das 10^a e 11^a classes do Liceu Nacional que Amador não podia ter lutado pela independência do país São Tomé e Príncipe e que, quando muito, teria lutado contra a escravatura, o que não significava ter lutado só contra os escravagistas brancos, ao invés, certamente, da crença da esmagadora maioria dos jovens estudantes. Seja como for, até hoje, Amador é um herói nacional que lutou pela independência. E assim continuará a ser num horizonte concebível.
30. Em termos simplistas, dir-se-ia que actualmente os ditames oriundos da área política são menos relevantes pela fragmentação e multiplicidade dos registos discursivos, pelo que o saber social perdeu a valia simbólica de outrora. Mas do eventual acréscimo de autonomia não brotou um saber social assertivo e com papel político e social relevante; acerca destas questões consulte-se Nascimento 2007.
31. Vejam-se os fundamentos desta tipificação em Tenreiro 1961:94-95 e 195.
32. Valverde (2000) considerava a partilha cultural uma ilusão e, de alguma forma, afirmou a primazia dos valores africanos no quotidiano dos são-tomenses.
33. Ademais, a história do povoamento e da miscigenação como que tornava impositiva a ideia de uma sociedade crioula. No arquipélago, parecia uma impossibilidade o retorno às origens ou o resgate dos tempos pré-coloniais. Não existia uma cultura pré-colonial que pudesse ser invocada como fundadora da personalidade social são-tomense ou de uma alteridade radicalmente oponível à do colonizador (recorde-se que o programa político independentista primava por valores eurocêntricos). Hoje manifesta-se uma propensão para a revalorização da herança africana, o que, por um lado, pode ser lido como a racionalização *a posteriori* de uma trajectória de perda, e, por outro, como a

procura, também pragmática, da adequação das várias manifestações da vida colectiva à integração no contexto político próximo. Trata-se de uma deriva desconhecida mas não inédita. Já nos anos 30, perante a intransigente recusa colonialista de partilha cultural, por um lado, e à luz do lema da valorização da herança africana, por outro, se propusera aos são-tomenses o resgate das suas especificidades culturais de origem africana. Por várias razões, este desiderato não vingou, deixando aos colonos o quase monopólio da caracterização (estereotipadamente racista) dos são-tomenses. Como se disse, a única excepção foi a obra de Francisco Tenreiro que, não obstante a sua identificação com a terra, foi criado e viveu em Portugal.

34. Desvalorizando a conotação politicamente negativa da noção de ‘crioulo’ (até por ela não ter tido em São Tomé e Príncipe a função, por exemplo, que tivera relativamente a Angola), essa noção tinha duas vantagens subliminares, a saber: a preservação de um certo legado europeu, em que se apoiava o poder no pós-independência, e a projecção no futuro da igualdade social, também decorrente do aplinar das diferenças culturais e sociais entre grupos presentes nas roças – filhos da terra e filhos da roça – como resultado da continuação da miscigenação.
35. Com a admissão da volatilidade dos traços culturais e do carácter volitivo e subjectivo da acção dos actores, não só se desmente a concepção de um veio cultural como algo de permanente, como, afinal, se diluem as implicações da filiação de um certo sistema político numa dada identidade cultural. Mesmo se historicamente verdadeira, esta filiação não tem que forçosamente perdurar e, menos ainda, de justificar arquitecturas políticas que, reivindicando-se de culturalmente autênticas, acabam por ser velada e discricionariamente artificiais em vez de o serem em vista do debate político e da composição de interesses.
36. Nesse mundo, onde, em resultado da conjuntura internacional, se reelaboram e actualizam considerações de cariz ético e exigências de governação transparente, opera uma emergente diáspora são-tomense que, a seu tempo, reivindicará o seu lugar na nação.
37. Sucede que não se respigam outros sinais da encruzilhada do país que não os que indiciam problemas para os quais supostamente se detêm soluções. Cite-se o debate em torno do ajustamento de um modelo constitucional decalcado do português, a que se atribui a instabilidade política, para se perceber que parte do devir político se há-de fazer pela invocação de uma identidade ou de dados fornecidos pelo conhecimento histórico e social. Em caso de adopção de uma perspectiva contratualista não teria de ser assim. Mas a verdade é que os dirigentes são-tomenses parecem inclinados a fundar a nação numa visão mais tributária de vínculos étnicos ou da fidelidade à ‘terra’. Assim sendo, a construção identitária ganha foros de um imperativo. Convocar-se-á a história, mas não é claro que ela possa ser um esteio seguro de uma identidade autenticamente ‘africana’ que, nem por isso, deixará de conter sempre algo de volitivo e de convencional.
38. Esta pergunta pode ser desdobrada em muitas outras. As vidas de dezenas de milhar de pessoas, tornadas ‘nacionais’ em 1975, foram radicalmente alteradas. É de crer que a construção de uma comunidade nacional demandará o conhecimento das vicissitudes que precederam e sucederam a tal marco histórico.

39. Conjuntamente com a herança de um deserto cultural, importa lembrar que o colonialismo não deixou elites. Durante anos, tal foi encarado como um défice menor, porquanto se considerava que as elites geradas no ambiente colonial seriam inevitavelmente propensas à aceitação de políticas neo-coloniais e à perpetuação da sujeição. Uma visão temporalmente mais distante e afectivamente mais desapegada talvez permita reavaliar a importância que teria tido a formação de elites política e tecnicamente preparadas, independentemente das prováveis divergências ideológicas, hoje infinitamente menos dramáticas do que nos anos da independência.
40. Para Seibert (1999:100, 117 e 150, e, ainda, 407), a oposição no exílio foi mais marcada por controvérsias pessoais do que oposições políticas. O autor traça uma continuidade entre as lutas pelo poder no pós-independência e as antigas disputas de facção antes de 1975. Seibert leva longe o raciocínio, dando nota da continuidade entre, por um lado, as antigas lutas na igreja, na câmara e com o governador e, por outro, as lutas entre facções no seio do MLSTP.
41. As possibilidades e as causas de ocorrência de conflitos são inúmeras e, nem para firmar um argumento, será necessário sobrestimar o peso das rivalidades criadas ou avivadas no tempo do CLSTP ou do MLSTP na indução da conflitualidade presente. Seja como for, a circunstância de os conflitos não encontrarem formas de resolução institucional (na esteira, aliás, da sua contenção nos bastidores partidários), não constitui um bom augúrio para a sedimentação de uma cultura de resolução institucional dos corriqueiros conflitos políticos e sociais.
42. Discordo de tal abordagem por achar que os factores determinantes da pobreza são de ordem política. Mas isso é matéria de outro trabalho.
43. Esta implicação estende-se às memórias individuais de muitos outros são-tomenses, cujo papel, não sendo decisivo, não foi irrelevante para a composição das identidades sociais nas ilhas.
44. Mantive discussões acesas com um ou outro político são-tomense a propósito do viés etnocêntrico de uma história nacional são-tomense e da utilização, a meu ver, errónea do 'povo' como sujeito histórico. Tal noção terá cabimento no discurso político, mas é rotundamente inapropriada no plano da análise e da narrativa histórica. Aceito que a noção de 'povo' são-tomense possa traduzir uma projecção da afectividade inerente ao compromisso moral decorrente do vínculo com a terra e com os concidadãos, mormente contra o colonialismo e, admitamo-lo, contra formas sucedâneas de agressão a um 'povo' recém-independente. Concedo, igualmente, que esse compromisso político encontre forma de expressão numa narrativa laudatória da acção de um idealizado 'povo' são-tomense. Porém, aqui podem começar os problemas: esta narrativa, previsivelmente instrumental, tende a ser deslocada da função de mobilização política e social para a justificação de políticas que, pretextando rasurar as assimetrias sociais, tendem a prejudicar, quase invariavelmente, as camadas mais frágeis da população. Assim ocorreu com algumas medidas do pós-independência que, significativamente, foram tomadas em nome da soberania do 'povo'.
45. Há anos, algum grau, senão de crispação, pelo menos de descrença – não menos decisiva para a almejada construção nacional – estava patente na recuperação de termos do

tempo colonial, como, por exemplo, o de 'forro' ou o de 'preto', para vituperar a evolução política. Observava-se que os próprios são-tomenses racializavam, negativamente, a sua condição para poderem criticar os 'políticos' e lamentar a desdita da 'terra'. Com o esbater da memória do tempo colonial, que durante anos serviu de aferidor da evolução pós-independência, e a sua substituição por outras medidas de desejos e de necessidades, por via da interacção multifacetada com o mundo em mudança, decerto se assistirá à mudança de referentes de identificação e de vínculos sociais. Estou em crer que, trocado pelas 'pessoas', 'populações' ou 'comunidades', o 'povo' perderá centralidade no discurso político.

46. Esta questão é referida para o passado, mas coloca-se igualmente no presente, por causa dos contactos com a costa africana, donde chegam imigrantes. Até hoje razoavelmente integrados, não deixam de ser apontados como diferentes e desestruturadores da personalidade cultural são-tomense.

Referências

- Branco, Rafael; Varela, Afonso, 1998, *Os caminhos da democracia*, Amadora: s/e.
- Cahen, Michel, 1991, 'Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe', *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nos. 14-15, IICT-CEAA, Lisboa.
- Chabal, Patrick, 2002, *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres: Hurst & Co.
- Chatterjee, Partha, 2004, *Colonialismo, modernidade e política*, Salvador: EDUFBA-CEAO.
- Connerton, Paul, 1999 [1993], *Como as sociedades recordam*, Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, Gabriel, 2006, *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia: IBNL.
- Le Goff, Jacques, 1997, 'Memória', in *Memória - História*, Enciclopédia Einaudi, vol.1, Lisboa: INCM.
- Maino, Elisabetta, 1999, 'A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão', *Africana Studia*, No. 2, Porto: CEAUP.
- Mata, Inocência, 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa: Edições Colibri.
- Nascimento, Augusto, 2007a, 'Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte', <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf>
- Nascimento, Augusto, 2007b, 'São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo' [no prelo].
- Nascimento, Augusto, 2001, 'Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense', *Política Internacional*, Vol. 3, No. 24, Lisboa.
- Nascimento, Augusto, 2000, 'S. Tomé e Príncipe no século XIX: um esboço de interpretação das mudanças sociais', in Valentim Alexandre, coord., *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa: Edições Colibri e IHC da FCSH-UNL.

- Santo, Armindo Ceita Espírito, 2008, *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*, Lisboa: Edições Colibri.
- Santo, Carlos Espírito, 2000, *Torre de razão*, 2 volumes, Lisboa.
- Santos, António de Almeida, 2006, *Quase memórias*, 2 volumes, Cruz Quebrada: Casa das Letras / Editorial Notícias.
- Sardica, José Miguel, 2007, 'Flaubert ensina mais do que Marx', *Análise Social*, Vol. XLII (4º), No.185, pp.1083-1103, Lisboa: ICS.
- Seibert, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden: Universidade de Leiden.
- Seibert, Gerhard, 1995, 'São Tomé e Príncipe: boatos, rádio boca a boca e panfletos anónimos na cultura política local', *Revista Internacional de Estudos Africanos*, No. 18-22, Lisboa: IICT-CEAA.
- Tenreiro, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Valverde, Paulo, 2000, *Máscara, mato e morte em São Tomé*, Oeiras: Celta.